

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CT DA MEO

20 de abril de 2023

PRESENCAS

CT: Ana Patricia Silva, António Santos, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto, Rui Pedro Moreira e Sérgio Pato.

SUBCT PORTO CIDADE: António Santos, José Barros, Ricardo Ciriaco Macedo e Sílvia Vaz.

AUSÊNCIAS

CT: Fernando Patrício, Hélder Ribeiro e Maria José Cardoso.

SUBCT PORTO CIDADE: Renato Fernandes.

ORDEM DE TRABALHOS:

- Votação da Ata da 3ª Reunião;
- Comunicação da Atividade do Secretariado entre reuniões ordinárias;
- Proposta de Modelo de Reuniões com a Empresa;
- Abordagem à Agenda de Trabalho Digno;
- Classificação de Documentos;
- Ações a adotar em função dos sistemáticos incumprimentos por parte da Empresa.

No dia 20 de abril de 2023, com início às 14h15, em formato híbrido, com a presença na Sala da CT do Porto de António Santos, Francisco Gonçalves, Isabela Mendes, Jaquelina Brito, Jorge Pinto e Rui Pedro Moreira, José Barros e Sílvia Vaz; E online (via MS Teams) de Ana Patricia Silva, Sérgio Pato e Ricardo Ciriaco Macedo, iniciou-se a quarta reunião ordinária da CT da MEO.

O Coordenador da CT, Jorge Pinto, informou das faltas dos elementos Fernando Patrício, Hélder Ribeiro, Maria José Cardoso da CT e Renato Fernandes da SubCT, por motivos vários.

Jorge Pinto recordou de seguida a Ordem de Trabalhos e indicou como ponto prévio uma mensagem de parabéns aos membros da CT e SubCT de Porto Cidade pela nova Sala da CT na Tenente Valadim e agradecimento pela presença dos membros da SubCT, que o Secretariado fez questão de convidar, respeitando o Regulamento de Funcionamento Interno (RFI) e com o objetivo de envolver as SubCT na vida de CT, tentando dar-lhes o protagonismo que merecem, nem que seja pela proximidade junto dos trabalhadores. O membro da CT e SubCT António Santos pediu a palavra para valorizar a presença dos elementos que se deslocaram de Lisboa.

Colocada a votação a Ata 3ª Reunião Ordinária a mesma foi aprovada com 6 votos a favor.

Um elemento da CT não expressou qualquer sentido de voto e outro não pode votar por não ter estado presente na reunião.

Sérgio Pato comentou que do seu ponto de vista as atas continuam a dizer coisas que não são verdade, que não dava sugestões de alteração porque as mesmas não eram incorporadas e que por esse motivo as atas até esta data nunca eram votadas por um determinado grupo de 5 elementos do qual o próprio diz fazer parte. O Coordenador reafirmou um esforço por parte do Secretariado para ter atas o mais pormenorizadas, dando exemplo que na ata da 2ª reunião todos os comentários foram incorporados e inclusive essa ata foi votada por 7 elementos, não correspondendo à verdade que exista um grupo de 5 elementos que constantemente se recusasse a votar estes documentos.

Passados ao ponto **Comunicação da Atividade do Secretariado entre reuniões ordinárias** o Coordenador enumerou em nome do Secretariado a primeira reunião com a Gestão da empresa no dia 22 de março, a presença no RoadShow do Norte a 29 de março.

Francisco Gonçalves referiu que a CT deveria ter sido convidada para participar no evento do RoadShow no Porto e criticou o facto da CT não ter sido convidada para a inauguração do Centro Clínico no Porto, que a CEO fez na mesma data. Afirmou que devia chegar o reparo à empresa.

Jorge Pinto recordou que, antes do evento no Norte, na reunião mensal com a Gestão, o CCO João Zúquete tinha dado indicação à equipa de RH para partilharem as datas e locais do RoadShow com a CT. Mesmo para o evento do Norte, que tinha tentado inscrever-se, mas que o link já não estava disponível.

Ricardo Ciriaco Macedo indicou que imediatamente após a data-limite ainda era possível fazer a inscrição e que inclusive soube de chefias que deram orientações para os trabalhadores, nessa altura, para fazerem a sua inscrição.

Jaquelina Brito, em nome do Secretariado, reforçou que sem respostas por parte da empresa não era possível fazermos o nosso trabalho.

O Coordenador deu ainda indicação que apesar do silêncio da empresa, tinha sido possível de manhã, enquanto estava em viagem para o Porto, reunir com os RHs e de reportar que sem feedback deles a perceção é que nada estavam a fazer relativamente aos pontos em aberto.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos o Coordenador referiu ainda a participação dos membros do Secretariado numa formação sobre a “Agenda do Trabalho Digno”, oferecida pela Ordem dos Contabilistas Certificados, presencial, em Lisboa e no Porto.

Francisco Gonçalves insurgiu-se sobre a não partilha de informação entre todos os elementos da CT, sendo explicado que cada um se inscreveu autonomamente. António Santos referiu ter sido ele, enquanto Contabilista Certificado que deu conhecimento da formação e que ainda havia datas disponíveis, sendo que a partilha tem de ocorrer nos dois sentidos.

Sérgio Pato pediu o link para a formação e referiu que da parte dele sempre partilhou tudo o que sabia, referindo como exemplo a resposta sobre as ajudas de custo ou como pedir estacionamento no parque de Picoas em âmbito de participação como membro da CT.

De imediato foi partilhado o Manual da formação em formato digital por todos os elementos do Coletivo da CT.

Sobre o assunto da Formação, Rui Pedro Moreira referiu ter estado presente na sessão que ocorreu no Porto, considerando a mesma como interessante e recomendando a todos os membros da CT e SubCT a estarem presentes. Adicionalmente, por ter sido uma formação com foco na visão do patrão, sugeriu que se devia procurar outras leituras com foco, por exemplo, nas alterações ao que muda na lei relativamente ao Teletrabalho.

Ana Patricia Silva pediu a palavra para retomar o assunto da reunião com a Gestão e indicar que solicitou aos RH a ata da primeira reunião, que por lei é da responsabilidade da empresa. Foi respondido que a CT não recebeu essa ata e que iria interceder para que a mesma seja enviada no mais curto espaço de tempo.

Entrando no ponto da Ordem de Trabalhos relativa à **Abordagem à Agenda de Trabalho Digno**, porque já era o assunto que estava a dominar a reunião, Ricardo Ciriaco Macedo referiu a importância da comparticipação das despesas em Trabalho Híbrido, tendo enviado um email para a sua interlocutora dos RH, para o qual nunca recebeu resposta.

Sobre as despesas decorrentes do Teletrabalho, António Santos lamentou as negociações do ACT não terem acordado um valor e referiu a sua surpresa por ver dois membros da CT, que em funções pelos Sindicatos, acabaram por não partilhar nada com o Coletivo da CT sobre a negociação e terem a sua assinatura no documento.

Francisco Gonçalves referiu que a lei não obriga a que o valor esteja no ACT, o que foi contraposto pelo António Santos que no Artigo 168º no 3º ponto indica que “o contrato coletivo de trabalho devem fixar na celebração do acordo para prestação de teletrabalho o valor da compensação devida ao trabalhador pelas despesas adicionais”.

Sergio Pato afirmou que era do seu entendimento que não compete à CT se pronunciar sobre o assunto, visto ser uma competência exclusiva dos sindicatos.

António Santos reforçou que a mesma pessoa na CT não pode ter uma posição e como sindicalista uma posição contrária, assinando documentos só porque não tem capacidade de mobilização para fazer frente ao que é imposto pela empresa em seio de negociações.

Retomada a Ordem de Trabalhos entrou-se no ponto de discussão da **Proposta de Modelo de Reuniões com a Empresa**, tendo sido efetuado o enquadramento pelo Coordenador que de janeiro a abril, apesar de contempladas na lei a existência de reuniões com periodicidade mensal, só houve uma reunião, e que dessa reunião resultou que de nada serve fazer uma Ordem de Trabalhos com dezenas de assuntos, sendo depois tudo abordado superficialmente.

Sobre as dúvidas sobre se as Ordens de Trabalhos do anterior mandato com múltiplas páginas tinham tido efetivamente algum resultado prático, Francisco Gonçalves afirmou que a empresa tem é que trabalhar e não considera como o caminho certo pedir reuniões com menos pontos.

Neste âmbito foi pedido, pelo Rui Pedro Moreira, ao Secretariado da CT, que criasse um modelo de reunião a apresentar à empresa, não sendo a favor do modelo adotado pelo Secretariado do mandato anterior, do qual Francisco Gonçalves fazia parte.

Seguiu-se o ponto de **Classificação de Documentos** em que o Coordenador explicou que por parte do Secretariado os documentos classificados como “Confidencial” não seriam partilhados para e-mails que não fossem corporativos, fazendo com que os mesmos saíssem dos servidores da empresa. Uma regra que apenas deixa salvaguardada a responsabilidade do Secretariado na disseminação da informação classificada entre os membros do coletivo da CT. Francisco Gonçalves considerou que se tratava da Lei da Rolha, não detalhando ao que se referia, o que levou o Coordenador a especificar que o Secretariado tem a obrigação de difundir a informação recebida, confidencial ou não, por todos os elementos da CT. No caso de o Secretariado considerar a informação como confidencial, o que muda é que o Secretariado não irá enviar para endereços pessoais ou dos sindicatos onde os membros da CT exercem funções.

Apesar de repetido por outras palavras por parte do Ricardo Ciriaco Macedo, para se garantir que o entendimento era o correto, Francisco Gonçalves continuou sem explicar porquê a dizer que não concordava.

Sem diálogo possível sobre uma questão meramente operacional, entrou-se no último ponto da Ordem de Trabalhos relativa a **Ações a adotar em função dos sistemáticos incumprimentos por parte da Empresa**, onde foi pedida pelo António Santos, enquanto membro do Secretariado, a opinião aos membros que transitaram do anterior mandato/Secretariado.

Francisco Gonçalves sendo o único presente nessa qualidade, indicou que entendia que seria prematuro qualquer ação e sugeriu que se deveria demonstrar o desconforto da CT com esses incumprimentos, adiando para uma próxima reunião a votação de ações a desenvolver, como uma queixa ao ACT.

A 4ª reunião ordinária da CT da MEO terminou às 16h10, sendo que como habitual foi feita a leitura de um esboço da Minuta da Ata por parte do Coordenador, que sendo factual não foi contestada por nenhum dos presentes.

Anexo:

- Minuta da Ata

MINUTA DA ATA

4ª REUNIÃO DA CT DA MEO

Dia 20 de abril de 2023, com início às 14h15, em formato híbrido, presencialmente no Edifício da Tenente Valadim e online via Teams, iniciou-se a quarta reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores (CT) da MEO com a presença de 1 membro eleito para CT e SubCT Porto Cidade, 7 membros eleitos da CT e 3 membros eleitos da SubCT de Porto Cidade.

Não estiveram presentes Fernando Patrício, Hélder Ribeiro, Maria José Cardoso da CT e Renato Fernandes da SubCT Porto Cidade.

O Coordenador da CT iniciou a reunião recordando a Ordem de Trabalhos e introduziu 1 ponto prévio em que deu os parabéns aos elementos da CT e SubCT pela nova sala da CT no Porto e agradeceu pela presença de todos.

A ata da 3ª reunião foi aprovada com 6 votos a favor. Um elemento do Coletivo da CT não votou.

Seguiu-se a discussão dos restantes pontos da Ordem de Trabalhos sem que nada de concreto e factual se tenha incluído na minuta da ata.

A reunião terminou às 16:10 com a leitura de um esboço da presente minuta da ata.